



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680962 - RR (2021/0223729-2)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : JOSE VANDERI MAIA E OUTRO
ADVOGADOS : JOSE VANDERI MAIA - RR000716
ADRIANO ARAUJO DA SILVA - RR002082
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA
PACIENTE : JOVALDO LIMA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOVALDO LIMA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA (10006161920178230010).

O paciente foi condenado à pena de 8 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão por infração ao art. 157, § 2º, do Código Penal. Cumpre a pena ininterruptamente desde o dia 15/9/2017 e obteve progressão para o regime aberto em 7/3/2019.

O impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal decorrente da determinação de que ele permaneça recolhido na penitenciária até que seja identificado o seu verdadeiro nome, em razão de equívoco quanto ao nome constante da certidão carcerária.

Alega que a decisão de primeiro grau, confirmada pela Tribunal *a quo* não possui fundamentação, e o paciente permanece preso sem a ocorrência de falta grave reconhecida, em regime atual de cumprimento de pena aberto, com conduta carcerária boa. Defende que já foi esclarecida, diversas vezes, inclusive, por meio de documentos, a questão do nome. Argumenta que o Juízo singular suspendeu o benefício previdenciário do paciente sem fundamento ou prévio processo administrativo.

Aduz que estão presentes o *fumus boni iuris* e *periculum in mora* para a concessão da liminar.

Requer, liminarmente, o deferimento da medida de urgência a fim de que seja revogada a decisão que determinou a permanência da custódia do paciente e, ainda, seja restabelecido a ele o pagamento do benefício do INSS. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que, confirmando-se a liminar, seja estabelecendo definitivamente o cumprimento da pena em regime aberto, bem como o pagamento do referido benefício.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente